

# Origens da classe operaria no Brasil

Oswaldo Coggiola

Universidade de São Paulo

[coggiola@usp.br](mailto:coggiola@usp.br)

## Resumen

El nacimiento de la clase obrera en Brasil posee características específicas y únicas, a comenzar por la coexistencia durante décadas del trabajo libre asalariado con el trabajo esclavo de la población de origen africano. A esto se deben agregar otras peculiaridades, como el nacimiento tardío del capitalismo industrial en el país, y su desigual distribución en el territorio nacional. Todas esas características contribuyeron a una configuración muy segmentada de la clase obrera brasileña, y a la demora en el surgimiento de reglamentaciones del trabajo industrial, para no hablar de una legislación social. El artículo procura localizar los determinantes estructurales de ese fenómeno, que singulariza al Brasil en el contexto latinoamericano desde el punto de vista de su historia social.

A partir da abolição do tráfico negreiro, em meados do século XIX, a mercadoria-trabalho africana começou a escassear no Brasil, provocando o aumento contínuo dos preços da mão de obra. Os cafeicultores, cuja produção estava em expansão, ansiavam por novos braços para suas fazendas. Para muitos, o trabalhador asiático dócil e barato era a opção mais segura. E mais: o chinês, se comparado ao imigrante europeu, tinha comprovada eficiência braçal, tendo em vista o que já havia feito em Cuba, Estados Unidos e Peru. Contrários a eles, os partidários da colonização europeia, diziam que os chineses seriam novos escravos e alertavam contra a “mongolização” do Brasil, os chineses não eram a solução e seriam uma ameaça. pois trariam a “degeneração”, vícios insidiosos como o do ópio, difundiriam a descrença pela fé católica e, em vez de serem os elementos intermediários entre a mão-de-obra africana e os imigrantes europeus, seriam apenas “novos escravos”. Os debates eram calorosos.

Uma missão diplomática brasileira à China foi aprovada em 1879. Foram nomeados ministros plenipotenciários da missão e enviados extraordinários o diplomata Eduardo Callado e o contra-almirante Arthur Silveira da Motta, futuro barão de Jaceguai. Assinado em 5 de setembro de 1880, o tratado com a China tinha problemas que deixaram insatisfeitas ambas as partes. A corrente migratória chinesa não se concretizou principalmente pela proibição formal da China. A primeira missão diplomática brasileira à China (1879-1882), no entanto, resultou na primeira volta ao mundo feita por navio e tripulação brasileira. A circum-navegação durou 430 dias, 268 de viagem e 162 nos portos. A viagem concluiu em janeiro de 1881, voltando com 197 homens que embarcaram: 22 oficiais, 126 marinheiros imperiais, 15 fogueiros e 21 soldados navais. Muitos marinheiros acabaram ceifados pela inanição ou por enfermidades como o beribéri. Alguns desertaram e outros não puderam voltar, pois permaneciam hospitalizados. (Scomazzon e Franco, 2020)

Uma migração interna de escravos do Nordeste foi uma das tentativas paliativas para se resolver o problema de carência de mão de obra nos florescentes cafezais do Oeste Paulista. Mas o crescimento vegetativo das populações escravas era próximo de zero. Assim, cessando o fornecimento externo por pressões inglesas, o elemento negro nacional passava a ser artigo raro, sendo por esta razão cada vez mais explorado, passaram a exigir de um escravo o trabalho de dois ou três, daí o aumento das rebeliões e fugas em São Paulo, principalmente. A formação de quilombos, as fugas constantes, o aumento da violência de escravos contra as famílias de fazendeiros, os assassinatos e o banditismo promovidos contra os brancos; e o medo constante rondando as classes privilegiadas, foram sintomas desta situação de conflito social que perduraria até a Abolição, em 1888. Foi por esta razão, também, que os setores mais modernos e dinâmicos do Oeste Paulista começaram a ver no trabalho imigrante europeu uma alternativa real ao africano. Em discursos inflamados e repletos das concepções racistas do nobre francês Arthur de Gobineau<sup>1</sup> – amigo pessoal de Don Pedro II -, pronunciados na Câmara Imperial, no Senado e principalmente na Câmara Provincial de São Paulo, argumentava-se que para a construção de um verdadeiro país seria urgente que houvesse um branqueamento dos trabalhadores: isso só seria possível com o estímulo à imigração de elementos brancos da Europa.

Por esse motivo, a grande imigração europeia para o Brasil do último quartel do século XIX esteve associada a ideias racistas e “branqueou” parcialmente o país. A mão de obra predominantemente estrangeira se concentrou, sobretudo, no oeste Paulista. Nas regiões cafeeiras de Minas Gerais e do Rio de Janeiro a maioria dos trabalhadores era brasileira. A abolição da escravidão em 1888 não desencadeou falta de mão de obra nas

lavouras. Os escravos libertos deveriam sair das fazendas para procurar trabalho nas cidades, mas isto aconteceu em pequena escala e somente no Vale do Paraíba do Sul, onde a lavoura cafeeira estava em decadência. Muitos fazendeiros perceberam que o fim da escravidão era inevitável e fizeram acordos com os escravos nos quais estes eram alforriados, mas se comprometiam a ficar trabalhando na mesma fazenda com direito a pequenos salários ou em regime de colonato. A expansão da cafeeicultura, passando do Vale do Paraíba, onde continuava se baseando no trabalho escravo, para o Oeste Paulista, obrigava a que se pensasse em formas de complementação da mão de obra escrava.

A opção final se deu pela imigração europeia: o imigrante branco europeu atendia um ideal racista, esposado pela elite econômica e cultural, que atribuía o atraso brasileiro à composição étnica inferior do país. Esse arremedo de “darwinismo social” atribuía o progresso da Europa à superioridade do homem branco, na escala da evolução da espécie humana<sup>2</sup>. Nos meses anteriores ao fim da escravidão, os quilombos abundavam e assumiam novos conteúdos. Organizado com o apoio de abolicionistas radicalizados, o quilombo de Jabaquara apoiou a fuga de cativos das fazendas cafeeicultoras paulistas da qual resultará a crise final do escravismo no Brasil. (Moura, 1980) A historiografia tradicional brasileira apenas registrou o fenômeno quilombo. A *História Geral do Brasil* (1854-1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen, dedicou três parágrafos à confederação dos quilombos de Palmares, lamentando que não “houvesse um cronista, que perpetuasse mais esses heroicos [sic] feitos dos paulistas” (a destruição de Palmares). Em 1920, pela primeira vez, Oliveira Vianna referiu-se ao quilombo como categoria social essencial do passado brasileiro; “Três são, por um tempo, os inimigos da ordem pública: os selvagens; os quilombolas; os potentados”. (Oliveira Vianna, 2005: 167)

A classe dominante paulista passou a incentivar a entrada maciça de imigrantes europeus sob o argumento de que havia escassez de mão de obra com o fim da escravidão. Apesar dos obstáculos houve, na etapa final do Império, um importante desenvolvimento industrial. Após a construção da primeira ferrovia brasileira, outras se desenvolveram rapidamente, acompanhando sempre a trilha do café. A construção de 57 estradas de ferro, até 1885; o progresso dos transportes terrestres, aliado ao grande desenvolvimento que experimentou a navegação a vapor, concorreram para a melhoria e o barateamento da distribuição dos produtos no mercado interno e, por conseguinte, para o estabelecimento de bases para o advento da indústria nacional. A partir de 1850, ponderáveis parcelas dos recursos provenientes da exportação foram mobilizadas como capitais para empreendimentos na indústria e no comércio. Entre 1850 e 1865 fundaram-se 180 sociedades comerciais e industriais no Brasil. A organização do crédito acompanhou a evolução do movimento financeiro e, em 1854, foi criado o Banco do Brasil. (Villaça, 1967)

A passagem para o capitalismo no Brasil se acentuou no último quartel do século XIX. Analisando o surto industrial de 1880-1895, Maurício Vinhas de Queirós concluiu que mais da quarta parte dos capitais investidos no Brasil em atividades industriais (exatamente 26,2%) tinham sido investidos no período entre 1880 e 1894; antes dessas datas, desde o período da Colônia passando por todo o Império, só haviam sido aplicados 6,4%. (Vinhas de Queirós, 1975) O ritmo do desenvolvimento industrial, porém, não acompanhou a velocidade da dissolução das velhas relações sociais, o que informa a natureza da classe operária nesse período. Estatísticas de 1882 mostraram que em seis das maiores províncias do país, justamente aquelas em que mais estavam se desenvolvendo atividades manufatureiras - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia,

Pernambuco e Ceará -, mais de 50% da população entre 13 e 45 anos de idade era constituída por desocupados. Essa percentagem aumentou depois da Abolição, quando o escravo foi deixado ao léu do mercado de trabalho livre. Viviam-se os tempos da primeira “grande depressão” da economia mundial, com desaceleração do ritmo de crescimento do volume do comércio mundial, localizada no último quartel do século XIX.

Em 1888, ano de sua emancipação, a população escrava do Brasil (composta de 600 mil pessoas) constituía 4% da população total do país, enquanto que, em 1840, meio século antes, dois milhões de escravos constituíam 40% do total dos habitantes do Brasil. A massa de libertos, majoritariamente desempregados, aumentou com os milhões de camponeses nordestinos deslocados pela grande seca de 1877-1880. Por outro lado, 200 mil imigrantes estrangeiros chegaram ao Brasil no decênio compreendido entre 1880 e 1889. O desemprego reinante permitia pagar salários muito baixos, constituindo paralelamente um enorme exército industrial de reserva.

Nenhum estado colocou em prática o projeto imigratório como São Paulo. Sua classe dominante passou a incentivar a entrada maciça de imigrantes europeus sob o argumento de que havia escassez de mão de obra com o fim da escravidão. Segundo Petrônio Domingues, porém, não havia escassez de mão de obra em São Paulo nos finais do século XIX: ele calculou que havia, naquela época, cerca de quatro milhões de brasileiros ociosos, entre negros e não negros. Entre 1851 e 1900, entraram, no Brasil, dois milhões de imigrantes, ou seja, metade do total de nacionais fora do mercado de trabalho. Havia

...uma vontade de que a população da urbe paulistana fosse de origem europeia e branca. Nuanças dessa mentalidade podem ser surpreendidas também em outras esferas de governo e em parte da produção intelectual do período, o que contribui para a polarização de posições. De um lado, a parcela da população nacional inferiorizada e desqualificada em termos culturais, sociais, étnicos, e vinculada aos horrores e a barbárie de aspectos de um passado que muitos procuravam rejeitar - como a escravidão - e, de outros, os imigrantes europeus supostamente ‘qualificados’, por serem relacionados ao modelo de civilização e desenvolvimento que se desejava seguir. (Ferreira dos Santos, 1998: 41)

Não existiria, segundo Domingues, uma real necessidade de atrair esse contingente de imigrantes para o país, pois os próprios brasileiros poderiam ter suprido a demanda de trabalho. A população imigrante tendeu a se concentrar nos dois estados mais populosos e “industriais” do país, Rio de Janeiro e São Paulo, que reuniam 45% da população estrangeira (1.074.511 imigrantes) em 1900. Vinte anos depois, esse percentual (não os números absolutos, que continuaram crescendo) tinha se reduzido para 38%, graças, sobretudo, ao espetacular crescimento da população estrangeira assentada no Mato Grosso, quase toda em áreas rurais. Para Lúcio Kowarick (1987), o incentivo à imigração europeia se deu por razões estritamente econômicas. O excesso na oferta de trabalhadores permitiu aos empregadores manter os salários em níveis baixos, favorecendo a dominação de classe e minando a organização dos trabalhadores.

Imigração para o Brasil, por nacionalidade e período										
Nacionalidade	Período									Total
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	1934-1944	1945-1949	1950-1954	1955-1959	
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723	N/D	5.188	12.204	4.633	176.422
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405	N/D	4.092	53.357	38.819	683.382
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	N/D	15.312	59.785	31.263	1.507.695
Japoneses	-	-	11.868	20.398	110.191	N/D	12	5.447	28.819	188.723
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650	N/D	26.268	123.082	96.811	1.391.898
Sírios e Libaneses	96	7.124	45.803	20.400	20.400	N/D	N/A	N/A	N/A	189.727
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586	N/D	29.552	84.851	47.599	596.647
<b>Total</b>	<b>979.572</b>	<b>852.110</b>	<b>1.006.617</b>	<b>503.981</b>	<b>713.132</b>	<b>N/D</b>	<b>92.412</b>	<b>338.726</b>	<b>247.944</b>	<b>4.734.494</b>

O movimento migratório mostra um crescendo constante a partir do último quartel do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. Outras estatísticas indicam, para 1872, 282 mil pessoas ocupadas em “atividades industriais”. A maioria, porém, deve tê-lo sido em ocupações artesanais, sequer permanentes, como o demonstra o fato de existirem em São Paulo (um dos polos do desenvolvimento industrial), na última década do século XIX, só 52 estabelecimentos industriais. Referindo-se a São Paulo, constatou Azis Simão:

Já na década de 1870, a quilometragem de ferrovias abertas ao tráfego passou de quase 150 para cerca de 1200, subindo a 2239 na década seguinte e a 3507 em 1889 (...). Entre 1873 e 1890, a quantidade de artífices subiu, pelo menos, de 94 para 184; e a de oficinas, sem especificação do número do pessoal ocupado, se elevou de 13 para 164. Entre 1871 e 1875, se instalaram com êxito as cinco primeiras fábricas de tecidos de algodão, número que subiu para treze em 1887. As estatísticas de 1872 e outras do fim do século não são utilizáveis por serem incompletas. Achava-se então instalada apenas uma fábrica de tecidos, com menos de 100 operários, o que justifica o citado reparo. O que importa destacar é o fato de que já no último quartel do século passado um proletariado urbano começava a diferenciar-se no quadro da economia regional. (Azis, 1966)

A importância da imigração na formação do operariado brasileiro não é exagerável. Leôncio Martins Rodrigues calculou que, até 1920, os imigrantes constituíam 95% dos trabalhadores chegados ao estado de São Paulo. A imigração já foi importante antes da proclamação da República, e não foram poucos os imigrantes italianos que chegaram a trabalhar nas fazendas de café paulistas ao lado de trabalhadores negros escravizados. Um viajante chegado a São Paulo em 1900, depois de trinta anos de ausência (Alfredo Moreira Pinto, escrevendo em *A Cidade de S. Paulo em 1900*) exclamava que “era então São Paulo uma cidade puramente paulista, hoje é uma cidade italiana”. José de Souza Martins enfatizou a importância da imigração na dissolução das velhas relações de trabalho: “Sem ela, dificilmente correntes migratórias espontâneas teriam se estabelecido para o Brasil, já que sem elas teria sido impossível pôr fim à escravidão negra, como afinal se deu”. (Souza Martins, 1981) Na medida em que a imigração quebrava as velhas relações de trabalho, mas não se produzia a quebra simultânea da velha estrutura da propriedade (pois o desenvolvimento industrial coexistia com ela), contribuiu muito

menos ao movimento industrial propriamente dito, através de uma significativa ampliação do mercado interno (como se deu, por exemplo, nos EUA) e criando, por conseguinte, uma maior necessidade de mão de obra industrial. Isso deitava suas raízes na continuidade nesse quesito entre o Império e a República.

A Lei de Terras, que proibia toda outra forma de acesso à terra, inclusive às terras devolutas, que não fosse por meio da compra através de dinheiro, foi um passo decisivo em direção da mercantilização de todo o território brasileiro. E também da consolidação da estrutura latifundiária da propriedade e/ou posse da terra, ensejada com as antigas *sesmarias* coloniais. Com isso se instituíam os critérios de absorção do trabalhador estrangeiro pela sociedade brasileira: sendo imigrante pobre, ele deveria trabalhar primeiro para os fazendeiros para formar o seu pecúlio, e comprar depois a terra que almejava, se quisesse se tornar um trabalhador autônomo, que era o motivo que o trouxera para terras tão longínquas. Para tornar-se um camponês livre, o imigrante devia oferecer durante tempo indeterminado ao grande proprietário de terras, como uma espécie de tributo, o seu trabalho e o da sua família. A população imigrante tendeu a se concentrar nos dois estados mais populosos e industriais.

Para justificar a importação em massa da força de trabalho europeia, a classe dominante difundia a ideia de que os europeus eram culturalmente superiores aos brasileiros, em condições nas quais...

...a mão de obra livre nacional, apesar de abundante, não havia sido expropriada material e culturalmente. (...). Fato é que, diferentemente dos escravos e dos futuros imigrantes, não havia passado pela 'escola do trabalho'. A plena proletarianização do elemento nacional dependeria no Brasil da eliminação do acesso aos meios de subsistência e do surgimento de setores sem tradição escrava. Ou seja, predominava uma oferta de trabalho não estruturado para o assalariamento e que não fluiria para o mercado, ainda ausente, mesmo que fosse fixada uma taxa de salário acima do nível de subsistência. (Freitas Barbosa, 2003)

A imagem fabricada de um imigrante europeu culto, exímio profissional, qualificado para exercer qualquer serviço na agricultura ou na indústria, ao lado da imagem do brasileiro se correspondia com a do negro, como um desqualificado responsável pelo atraso do país.

A maior parte dos imigrantes europeus, porém, não possuía qualificações ou habilidades especiais, tampouco traziam recursos econômicos vultosos. Para Warren Dean, por ser de origem rural, o imigrante europeu seria o único capaz de transformar as relações de trabalho no campo já em 1850. Impondo uma nova disciplina do trabalho proveniente do sistema de contratos, no qual a produtividade por unidade de produção seria capaz de gerar lucros maiores que o uso de escravizados, os imigrantes estariam adaptados ao sistema de produção capitalista no campo, além do que seriam aqueles que reivindicariam melhores condições de trabalho e posições no sistema produtivo. Seriam os únicos "capazes não apenas de transformar as relações de trabalho nas grandes lavouras como toda estrutura econômica do sul do Brasil".

Para o autor citado, havia incongruência entre o trabalhador disciplinado sob a ética do trabalho livre e o fazendeiro amarrado à mentalidade colonial paternalista escravista de produção econômica e organização social. Esse foi um dos motivos, para Dean, do insucesso no uso de mão de obra europeia nas fazendas de café do oeste paulista em 1850, fazendo com que houvesse um recrudescimento da escravidão na produção cafe-

eira. Segundo José de Souza Martins, o insucesso na adoção de relações de trabalho assalariado estava no vínculo entre o fazendeiro e o imigrante, que permanecia colonial na medida em que, custeando a vinda e instalação dos imigrantes, o fazendeiro adiantava capital próprio, pagando não somente a remuneração da força de trabalho, mas também os valores de chegada da mão de obra: o trabalhador não entrava no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho, como homem verdadeiramente livre. Quando não estava satisfeito com um patrão, querendo mudar de fazenda, só podia fazê-lo procurando “para si próprio um novo comprador e proprietário”, isto é, alguém que saldasse seus débitos para com o fazendeiro. (Souza Martinz, 2010)

Para Emília Viotti da Costa, no entanto,

...é em São Paulo, e ante os novos horizontes econômicos abertos com a expansão do café, que se forma uma nova raça de senhores rurais e se completa rapidamente o processo apenas começado nas regiões açucareiras com o desenvolvimento dos centros urbanos. O domínio agrícola deixa de ser uma baronia e transforma-se quase em um centro de exploração industrial”. (1979: 212)

A imigração europeia, especialmente italiana, voltou a florescer, desse modo, nas décadas posteriores; os imigrantes italianos que foram para São Paulo eram oriundos de regiões agrárias e atrasadas, cultural e educacionalmente. Antes disso, a população de imigrantes na cidade era baixa, sendo seu crescimento quantitativo visto a partir de 1890. Porém, entre 1872 e 1890, enquanto a população total mais que dobrou, a população imigrante quintuplicou, evidenciando a fixação deles nas cidades, muitos provenientes das fazendas de café ou vindos de outros países.

Em 1872, eram 2.451 no total (100%), sendo a maioria de portugueses com 40,51%; africanos escravizados e livres, que somados eram 19,28%; alemães com 17,13% e italianos com 6,69%, o restante somava 16,39%. Já em 1886, a quantidade de imigrantes quintuplicou, passando para 12.290 (100%), sendo 46,72% de italianos, 28,49% de portugueses, 9,66% de alemães e 1,67% de africanos, o restante somava 13,46%. Observa-se, portanto, que a entrada maciça de imigrantes e consequente preenchimento do mercado de trabalho em formação na cidade se deu no final do período, dentro do projeto da província de São Paulo de subvenção da imigração citado anteriormente, cujo símbolo foi a construção da Hospedaria do Imigrante no Brás entre 1886 e 1888, sucessora da Hospedaria do Bom Retiro. Com o surto industrial do período visto na cidade de São Paulo, a atratividade dos imigrantes às atividades econômicas urbanas, era maior. Aqueles que aqui estavam, ocupavam-se em trabalhos urbanos nos quais o assalariamento ou pagamento por peça produzida era a regra, além do comércio ambulante e de serviços, sendo pouco o número de lavradores, ao contrário dos nacionais. (De Sá Miranda, 2020)<sup>3</sup>

Na última década do século XIX, os imigrantes passaram a compor a maior parte dos operários nas fábricas e nas primeiras indústrias brasileiras. A mão de obra italiana foi a mais usada nas lavouras de café. Os italianos, com a esperança de se tornarem proprietários de terras (à qual não tinham acesso em seu país), imigravam para o Brasil. Mas apenas aqueles que foram para o sul do país como colonos tornaram-se proprietários; a massa que foi enviada para as fazendas de café permaneceu trabalhando em plantações alheias. Entre 1870 e 1920, durante a grande imigração, os italianos corresponderam a 42% do total dos imigrantes entrados no Brasil: para 3,3 milhões de pessoas, os italianos eram cerca de 1,4 milhão.

Na Itália, a dissolução das antigas relações agrárias e o atraso e desigualdade do desenvolvimento capitalista criaram uma sobrepopulação excedente crônica, que motiva-

ram uma enorme e desproporcional (em relação à totalidade de sua população) migração de mão de obra italiana para o exterior, em especial no meio século compreendido entre 1880 e 1930, quando mais de dez milhões de italianos abandonaram não só seu país, mas também a própria Europa, atravessando mares e oceanos. Durante a “Grande Depressão” do último quartel do século XIX pensou-se, na Itália, nas colônias como instrumento para solucionar o problema da emigração: pensava-se, nesse sentido, no caso da Eritreia, numa terra de povoamento, destinada às massas camponesas do Sul que neste período abandonavam a Itália; a discussão no parlamento sobre as possibilidades e modalidades par viabilizar tal projeto protelou-se por mais de uma década sem êxito: a ideia de criar colônias de povoamento, em particular em um território cujas características físicas demandavam um forte investimento de capitais em infraestruturas, para um país como a Itália que carecia de capitais, tornou-se inviável.

Os camponeses e os desempregados urbanos italianos “vomitados” de seu país pela depressão econômica do último quartel do século XIX acabaram rumando em condições em extremo modestas para a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos, principalmente. Foi um êxodo social sem paralelos na Europa: no início do século XXI foi calculado que, somados os italianos de nacionalidade e os *oriundi* espalhados pelo mundo, estes perfaziam 63,5 milhões de pessoas, uma soma equivalente à população da própria Itália (Incisa di Camerana, 2005). Na primeira década do século XX, Itália, com uma migração intercontinental de mais de 3,6 milhões de trabalhadores, na sua maioria de origem camponesa, forneceu um dos mais importantes contingentes da migração do maior movimento migratório da história mundial, (Conti, 2007)<sup>4</sup> sem possuir um império colonial (como sim era o caso da Grã-Bretanha, que forneceu o maior contingente migratório mundial para o conjunto do período). Os espanhóis tornaram-se o segundo maior grupo a trabalhar nos cafezais. Mais de 750 mil espanhóis desembarcaram no Brasil entre 1880 e 1950, a maior parte rumou para os cafezais paulistas.

A configuração da força de trabalho urbana deu-se sob o impacto da imigração, o que lhe conferiu características especiais. Rio de Janeiro e São Paulo, que reuniam 45% da população estrangeira (1.074.511 imigrantes) em 1900. Vinte anos depois, esse percentual tinha se reduzido para 38%, graças, sobretudo, ao espetacular crescimento da população estrangeira assentada no Mato Grosso, quase toda em áreas rurais. Para Lúcio Kowarick (1987), o incentivo à imigração europeia se deu por razões estritamente econômicas. O excesso na oferta de trabalhadores permitiu aos empregadores manter os salários em níveis baixos, favorecendo a dominação de classe e minando a organização dos trabalhadores. Para Petrônio Domingues (2008), ao contrário, teria sido mais vantajoso aos fazendeiros paulistas ter contratado trabalhadores vindos do Nordeste do Brasil que, quando requisitados, migraram em massa para trabalhar nos seringais da Amazônia entre 1876 e 1914: a classe dominante paulista, optando pela imigração, incentivou a vinda de europeus e rechaçou os brasileiros de origem africana. O censo de 1920 mostrou que, na cidade de São Paulo, a taxa de alfabetização dos brasileiros maiores de 14 anos (80,3%) era maior que a dos imigrantes residentes na cidade (62,3%) da mesma faixa etária. (Lippi Oliveira, 2001)



<b>População estrangeira, não naturalizada, nos censos de 1900 e 1920.</b>				
<b>Estado</b>	<b>Período</b>			
	<b>População estrangeira (1900)</b>	<b>Porcentagem da população</b>	<b>População estrangeira (1920)</b>	<b>Porcentagem da população</b>
São Paulo	476 778	20,89%	820 567	17,87%
Distrito Federal (atual município do Rio de Janeiro)	195 894	24,14%	235 300	20,32%
Rio Grande do Sul	129 329	11,26%	136 076	6,23%
Minas Gerais	90 319	2,51%	80 061	1,36%
Rio de Janeiro	49 823	5,38%	48 401	3,10%
Paraná	39 457	12,06%	59 119	8,52%
Santa Catarina	21 179	6,61%	23 274	3,48%
Espírito Santo	20 124	9,59%	16 976	3,71%
Mato Grosso	95	0,08%	25 086	10,17%
Pará	2 201	0,5%	22 089	2,2%
Restante do Brasil	49 312	Menos de 1%	46 208	Menos de 1%
<b>Total</b>	<b>1 074 511</b>	<b>6,2%</b>	<b>1 513 635</b>	<b>4,94%</b>

A expansão das colheitas de café atraiu 70% dos imigrantes desembarcados no Brasil. Entre 1820 e 1903, desembarcaram no Brasil 1.140.000 italianos, 549 mil portugueses, 212 mil espanhóis e 89 mil alemães, além de outras nacionalidades. Os imigrantes passaram a compor a maior parte dos operários nas fábricas e nas primeiras indústrias brasileiras. A mão de obra italiana foi a mais usada nas lavouras de café. Os italianos, com a esperança de se tornarem proprietários de terras (à qual não tinham acesso em seu país), imigravam para o Brasil. Mas apenas aqueles que foram para o sul do país como colonos tornaram-se proprietários; a massa que foi mandada para as fazendas de café permaneceu trabalhando em plantações alheias. Entre 1870 e 1920, ápice da grande imigração, os italianos corresponderam a 42% do total dos imigrantes entrados no Brasil: para 3,3 milhões de pessoas, os italianos eram cerca de 1,4 milhão.

Na Itália, a dissolução das antigas relações agrárias e o atraso e desigualdade do desenvolvimento capitalista criaram uma população excedente crônica, que motivaram uma enorme e desproporcional (em relação à totalidade de sua população) migração de mão de obra italiana para o exterior, em especial no meio século compreendido entre 1880 e 1930, quando mais de dez milhões de italianos abandonaram não só seu país, mas também a própria Europa, atravessando mares e oceanos. Durante a “Grande Depressão” do último quartel do século XIX pensou-se, em Itália, nas colônias como instrumento para solucionar o problema da emigração: pensava-se, nesse sentido, no caso da Eritreia, numa terra de povoamento, destinada às massas camponesas do Sul que

neste período abandonavam a Itália; a discussão no parlamento sobre as possibilidades e modalidades par viabilizar tal projeto protelou-se por mais de uma década sem êxito: a ideia de criar colônias de povoamento, em particular em um território cujas características físicas demandavam um forte investimento de capitais em infraestruturas, para um país como a Itália que carecia de capitais, tornou-se inviável.

O estímulo brasileiro à imigração europeia se fundamentava também na baixa densidade populacional: a população brasileira era muito pequena para um território muito grande. A vinda de mão de obra externa supostamente proporcionaria desenvolvimento às cidades e ao comércio e geração de serviços de infraestrutura. A imigração continuou alta durante as primeiras décadas do século XX diminuindo após a década de 1930. O que acontecia, entretanto, com os negros libertos? Florestan Fernandes analisou dados referentes à população negra e mulata em São Paulo, especialmente na primeira metade do século XX, concluindo que a Abolição libertou os negros só legalmente: na prática a discriminação e a submissão da população negra aos brancos continuaram. Ignorados pela República, que se preocupou mais em trazer milhares de imigrantes europeus com o objetivo de promover o branqueamento da população brasileira, os negros e os mulatos acabaram por ser preteridos pelos imigrantes no mercado de trabalho. Nunca houvera por parte do governo ou da Igreja preocupação com os negros. Os negros tiveram que suportar subempregos por causa da discriminação por parte da população branca: Florestan Fernandes localizou na falta de “ética de trabalho” de uma parte da população negra um dos pontos de apoio desse fenômeno. (Fernandes, 1978)

Segundo o sociólogo paulista, o principal problema era sexual, ou seja, os hábitos sexuais dos negros libertos. Os negros brasileiros, tendo esquecido a ética sexual original da África e nunca tendo absorvido a ética familiar dos brancos portugueses, no momento em que se viram jogados na cidade sem qualificação e sem nenhum tipo de proteção social, terminaram por habitar em cortiços nos quais grupos inteiros eram obrigados a conviver sem nenhum tipo de privacidade, crianças estavam em contato com a promiscuidade sexual dos adultos, as relações sexuais eram praticadas à vista de todos. Florestan Fernandes diz que homens negros viam no ato sexual a única atividade prazerosa que podiam praticar durante o dia, já que o trabalho honesto estava bloqueado. Sem uma noção de como criar grupos familiares, os pais largavam na rua seus filhos ainda pequenos para que outras crianças ou um adulto mais caridoso cuidassem deles.

Aparentemente, nesse período as mulheres negras tiveram mais acesso ao trabalho do que os homens, sendo que a maioria delas trabalhava como doméstica. Com isso surgiram casos de homens negros que simplesmente se recusavam a procurar emprego para viver às custas da mulher que trabalhava. O homem negro ficou estigmatizado entre a população paulista como “malandro” e “vagabundo”. Entre os negros começou a haver discriminação, porque qualquer homem negro que conseguisse superar a rotina do desemprego, da miséria e da ignorância começava a evitar outros negros que se acomodavam à “vadiagem” e a ficar o dia inteiro no bar. Aqueles que percebiam que um negro do grupo havia subido de posição, por sua vez, desprezavam-no porque “se comportava como branco”.

A escola, quando frequentada por crianças negras, não as ajudava: os colegas brancos as discriminavam e até a professora exibia preconceito racial; o maior entrave, porém, vinha da própria família e de outros conhecidos negros. A maior parte deles dizia que estudar era inútil pois o negro não iria ser aceito nunca no mundo dos brancos. Família ou conhecidos faziam pressão para que o jovem negro saísse da escola e fosse trabalhar: o círculo perverso da ignorância e da desqualificação nunca era quebrado. Os brancos,

do seu lado, exibiam seu preconceito de cor e acusavam os negros de serem ignorantes e pouco afeitos ao trabalho. Quando um negro resolvia tentar mudar a situação, os outros se insurgiam contra essa tentativa; os negros não conseguiam mudar o estereótipo do analfabetismo e de “vagabundagem”. Muitos negros, apesar das dificuldades, começaram a ter consciência de que sem uma ética familiar forte eles jamais conseguiriam modificar sua realidade e combater de maneira eficiente o preconceito.

José de Souza Martins sustentou que não foi a crise no trabalho escravo que resultou na utilização do trabalho assalariado (Souza Martins, 1981): observou que a mudança de uma economia baseada na agricultura com base no trabalho escravo para uma economia industrial só foi possível graças ao tempo e às mudanças da consciência social da classe burguesa industrial brasileira. O desenvolvimento da indústria de São Paulo, no período de 1870 a 1905, se deu aos poucos, com os fazendeiros se dedicando a vários negócios: comércio, bancos, ferrovias, indústrias, comércio imobiliário. A passagem do trabalho escravo ao trabalho livre não foi um processo fácil e rápido: o capitalismo transformou a sociedade redefinindo as relações e desenvolvendo relações não capitalistas, que colaboraram com sua reprodução, e que sobreviveram no tempo histórico do país. O trabalhador entrou no processo produtivo como “renda capitalizada”; o fazendeiro tinha que pagar o transporte, alimentação e instalação do colono e sua família.

Chegou um momento em que os colonos tomaram conhecimento de que estavam sendo explorados e se revoltaram. Como resultado dessa revolta, os cafeicultores modificaram os critérios de absorção do trabalho dos colonos. Resultando destas, surgiram diversas modalidades de relacionamento entre colonos e fazendeiros, mantendo-se a exploração do colono<sup>5</sup>. Souza Martins observou que a mudança de uma economia baseada na agricultura com trabalho escravo para uma economia industrial, só foi possível graças ao tempo e às mudanças da consciência social da classe burguesa industrial brasileira. O desenvolvimento da indústria de São Paulo, no período de 1870 a 1905, se deu aos poucos, com os fazendeiros se dedicando a vários negócios como comércio, bancos, ferrovias, indústrias, comércio imobiliário, entre outros.

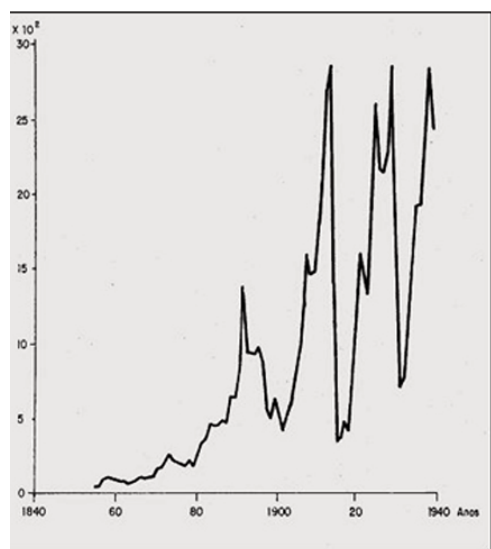
Segundo Florestan Fernandes, a população negra começou a aprender a valorizar a ética familiar e de trabalho através do contato com os imigrantes italianos: núcleos familiares negros foram surgindo junto com a valorização do trabalho duro e constante e da prática da poupança. Os negros que desprezavam o trabalho e que viviam na ociosidade passaram a ser a exceção, e não mais a regra. O autor desconstruiu o mito da democracia racial brasileira: o racismo contra o negro e o mulato era forte em todos os segmentos da sociedade paulista, principalmente entre as famílias tradicionais que já viviam há séculos na cidade. Os grupos de imigrantes europeus que chegavam a São Paulo raramente tinham visto um negro antes, mas logo aprendiam com os brasileiros a discriminar o negro, concluindo às vezes por serem mais racistas do que os habitantes locais. Mesmo que o negro começasse a se qualificar para o mercado de trabalho, os brancos evitavam ao máximo reconhecer o negro qualificado como igual. Se antes a desculpa era que o negro era desqualificado, agora teria que ser tratado diferentemente pela cor. Os empregadores se recusavam a empregar negros mesmo que estes fossem mais qualificados que o branco. A mudança de estatuto legal não trouxera consigo a redenção da raça negra, como tinham suposto os abolicionistas.

Negros e mulatos custaram a perceber isso: haviam sido expropriados de sua condição de dependentes-escravos e recebido o peso de seu destino, mas não os meios para lidar com ele, sendo direcionados para a marginalidade, ao lado da “escória do operariado urbano”, ou para o “ócio dissimulado”, buscando na “vagabundagem sistemáti-

ca” ou na “criminalidade fortuita” seus meios de subsistência e reprodução:

As causas apontadas para a indolência estavam ligadas à herança escravocrata, que não permitia à pessoa ou seus parentes ter a consciência da exploração a que era submetido por ser parte de um sistema que a tornava propriedade de outrem, não somente sua força de trabalho, sendo fator de limitação de sua organização na categoria de trabalhador. Tal análise coaduna com parte da produção sociológica de tempo posterior. Por conta da escravidão, o negro não teria a educação e a disciplina capazes de inseri-lo no mundo do capital industrial, nem foi fornecido a ele possibilidade para tanto por parte da elite nacional, conseqüentemente, não estava apto à competitividade inerente ao mercado de trabalho. Em relação ao trabalhador imigrante, ao contrário, o estado de extrema pobreza que se encontrava no país natal fazia com que vendesse sua força de trabalho por qualquer remuneração no desejo de ‘fazer a América’, alienando-se da questão da exploração da classe operária, portanto, sem a consciência de classe necessária para a organização sindical e a resistência aos avanços do patronato. (De Sá Miranda, 2020)

### Industrialização do Brasil (em milhares de libras esterlinas investidas em capital industrial)



A industrialização brasileira inicial foi convulsiva, “por saltos”, e condicionada pelas oscilações do mercado internacional de artigos primários. Houve surto industrial pene na cidade de São Paulo por indução do capital interno mercantil acumulado pelo complexo cafeeiro aliado aos capitais externos, já em meados da década de 1860 do século XIX, ainda que este capital industrial estivesse subordinado ao capital cafeeiro. O processo de industrialização, porém, acompanhou o ritmo do conjunto do setor exportador, não apenas do cafeeiro. Não houve significativo desenvolvimento de indústrias de bens de produção ou um complexo de grandes indústrias estabelecido para produção e exportação de bens com alto valor agregado, mas houve, sim, crescimento e consolidação de manufaturas que substituíam as importações de mercadorias demandadas por uma população crescente, como indústrias têxteis, de construção e de alguns bens de consumo, como a indústria alimentícia e cervejeira.

Em momentos de expansão, os investimentos industriais aumentavam, e se contraíam em momentos de retração do mercado internacional. Em momentos de expansão, os

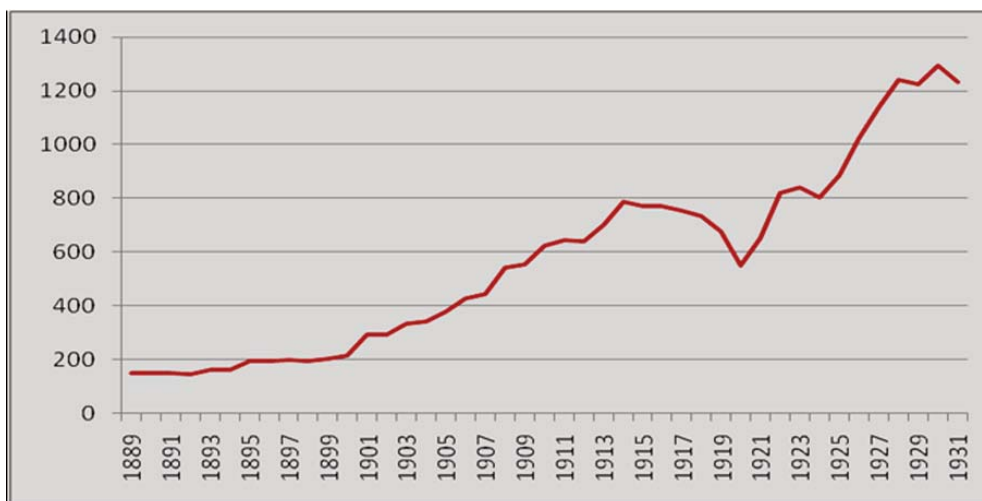
investimentos industriais aumentavam, e se contraíam em momentos de retração do mercado internacional. Resumindo suas conclusões acerca da industrialização brasileira anterior à crise de 1929, Wilson Suzigan apontou que no período anterior a 1914, e em menor grau até 1929, o desenvolvimento da indústria brasileira de transformação pode ser caracterizado como tendo sido induzido pela expansão do setor exportador, havendo uma distinção entre o crescimento industrial que ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial e a partir desta. O período anterior à Primeira Guerra Mundial, particularmente no século XIX, poderia ser explicado, segundo Suzigan, nos termos da “teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos”.

A expansão do setor exportador induziu investimentos não apenas nas indústrias de bens de consumo, mas também em indústrias produtoras de insumos, incluindo maquinário e peças, implementos e outros para o setor exportador; processamento ulterior de produtos de exportação (por exemplo, beneficiamento de café e refinação de açúcar); e outras atividades econômicas complementares ou subsidiárias, tais como transporte (principalmente ferrovias e navegação), bancos, comércio de importação e exportação, comércio interno, etc. (Suzigan, 1986). Além disso, e com recursos indiretamente derivados das exportações de produtos básicos, o governo brasileiro financiou (ou garantiu juros sobre) investimentos em infraestrutura (ferrovias, portos, linhas de navegação, melhoramentos urbanos, etc.), na modernização da indústria do açúcar, na promoção da imigração, etc.

Em 1898, o peso das garantias de rentabilidade comprometeu um terço do orçamento da União, motivando em 1901 o governo Campos Salles, a contragosto, à expropriação de doze companhias. As aquisições de ferrovias estrangeiras em dificuldades cresceram. Em 1898, o governo detinha 34% das ferrovias diretamente, e indiretamente bancava sua rentabilidade: a estatização estava ligada a salvação do patrimônio privado. A captura financeira externa do Estado brasileiro continuou a todo vapor, assim como em outros países da região. Isto se acentuou a partir de 1893, com uma crise mundial de sobreprodução de café e a manifestação dos limites da política de desvalorização monetária, o que levou o Brasil a contrair cada vez mais vultosos empréstimos externos para suprir suas necessidades financeiras. O endividamento externo contraído no período do Império e da República Velha serviu para financiar importações de bens manufaturados e exportações de bens primários. Nas duas pontas, o endividamento não servia como estímulo para a industrialização.

No final da República Velha, o Brasil já estava gastando 25% de suas receitas de exportação no serviço da dívida<sup>6</sup>. Durante as décadas de 1900 e 1910, o investimento na indústria de transformação foi induzido pelas necessidades de insumos para a incipiente indústria de transformação. Algumas indústrias novas começaram a se desenvolver para a fabricação desses insumos, tais como sacos de algodão para farinha de trigo e açúcar refinado, garrafas de vidro para cerveja e outras bebidas, latas para acondicionar fósforos, cigarros e alimentos, maquinaria industrial simples como tornos, equipamento têxtil e peças, pequenos motores, etc. A partir da Primeira Guerra Mundial, embora o investimento na indústria de transformação ainda fosse, em grande parte, induzido pela expansão do setor exportador, o padrão de desenvolvimento industrial tomou-se mais complexo.

### Dívida externa brasileira (US\$ milhões)



Durante a guerra mundial, a escassez de matérias primas e insumos básicos, incluindo maquinaria e equipamento, tornou claro que a produção industrial interna teria que ser diversificada para abranger esses produtos: a guerra estimulou uma maior diversificação do crescimento industrial induzido pela expansão do setor exportador. Essa diversificação, embora tentada durante a guerra, começou realmente na década de 1920. Até 1920, a indústria têxtil (com 27% do valor total produzido), e a indústria alimentar (com 33%), indústrias de bens de consumo, concentravam os investimentos (quase 68%, segundo a tabela a seguir), enquanto a metalurgia e a mecânica só produziam 3,4% e 0,1% do valor total da produção, respectivamente. Vejamos outras características dos primórdios do desenvolvimento industrial brasileiro, para termos uma ideia mais clara das bases econômicas do novo movimento social (operário) que a indústria fez nascer.

### Brasil: distribuição do capital investido por ramo de indústria

Ramo de Indústria	1889	1907	1920
Têxtil	60%	20,5%	27,5%
Alimentícia	15%	26,7%	40,2%
Produtos químicos	10%	9,4%	7,9%
Artigos de vestuário e toucador	3,5%	15,9%	8,2%
Outros	11,5%	27,5%	16,1%

(Fonte: Edgar Carone. *A República Velha*. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975)

O processo de industrialização, que vinha crescendo com a expansão das exportações, ganhou uma nova direção a partir da Primeira Guerra Mundial. Com o início desta, o Brasil tornou-se exportador de gêneros alimentícios aos países da “Tríplice Entente”; essas exportações se aceleraram a partir de 1915, reduzindo a oferta de alimentos disponíveis para o consumo interno, e provocando altas em seus preços. Entre 1914 e 1923, o salário havia subido 71% enquanto o custo de vida havia aumentado 189%; isso representava uma queda de dois terços no poder de compra dos salários. Para salário médio de um operário de cerca de 100 mil réis correspondia um consumo básico que para uma família com dois filhos atingia a 207 mil réis. O trabalho infantil era generalizado. Os

investimentos industriais foram expandidos para a produção de cimento, aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos, maquinaria e equipamento e produtos de seda e raio. Investimentos adicionais foram também realizados para o ulterior processamento de “novos” produtos de exportação, tais como óleo de caroço de algodão, carne resfriada e produtos derivados de carne, e para a modernização e expansão da capacidade de produção de algumas das indústrias tradicionais, tais como têxteis de algodão e de lã, açúcar, calçados, moagem de trigo e cervejarias.

O desenvolvimento industrial brasileiro se apresentou, assim, como uma série de “saltos” induzidos mais por pressões externas, oriundas das conjunturas sucessivas do mercado mundial, do que por fatores internos (crescimento sistemático da demanda interna de bens de consumo e de bens de capital):

O capital escravista precisava sair, fosse para o capital mercantil, fosse para o capital industrial. Esse movimento deveria realizar-se por uma transformação das relações de trabalho e, daí, das relações de produção. Sem introduzir inovações econômicas em quantidade e qualidades adequadas, tais mudanças estruturais não eram factíveis, bloqueava-se a divisão social do trabalho. O caminho espontâneo era demasiado custoso e lento, mas foi esse o caminho que o II Reinado de fato adotou. (do Nascimento Barbosa, 1994).

A organização dos moradores de determinada região para reivindicação de serviços municipais era parte dos conflitos entre empresas, poder público e população: essa forma de organização social foi base para a consolidação da classe trabalhadora como agente ativo na dinâmica social. A expansão urbana gerou um processo de cercamento das terras comunais dos subúrbios da capital pelo poder público e por particulares, gerando a expulsão de pessoas para áreas mais afastadas do espaço urbano e impedindo meios de vida e atividades laborais independentes do capital em formação. O apito da fábrica, a organização das moradias e do arruamento dos bairros, assim como a hora do lazer e da prática de esportes faziam parte do disciplinamento da população ao novo padrão de trabalho.

A concentração industrial era forte nos quatro estados do sudeste, notando-se também o crescimento vertiginoso da indústria paulista, transformada em apenas uma década (a de 1910) na maior do país. A partir da década de 1890, com exceção das estradas de ferro, as concessões públicas deixaram de ser para as indústrias com maiores volumes de capitais, sendo a indústria têxtil, conjuntamente com as indústrias de máquinas para beneficiamento do café, responsáveis por 9% do capital da indústria paulista, gerando 12,6% do valor da produção industrial e empregando 10,2% dos operários industriais, segundo o censo de 1907 (Cano, 1977). No que diz respeito à composição da produção, a indústria têxtil, primeira fase do novo processo industrial, foi decrescendo como base da industrialização, cedendo seu lugar à indústria alimentícia, na medida em que avançava a urbanização do país.

A produção industrial, por outro lado, tendeu a se concentrar em alguns centros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Com o tempo, São Paulo se transformou no centro industrial do Brasil e, também, do movimento operário:

A economia cafeeira em São Paulo, exigiu, mais cedo, a instituição do regime de trabalho livre, a fim de que a acumulação cafeeira pudesse ter continuidade. A solução desse problema, pela imigração, não eliminava, apenas, aquele freio à expansão do plantio cafeeiro: fez muito mais do que isso, criando um mercado amplo para alimentos e produtos industriais de consumo corrente, abrindo, dessa forma, excelentes oportunidades de inversão, tanto para o desenvolvimento de uma agricultura

mercantil quanto para a indústria... Essa imigração, constituindo uma superabundante oferta de força de trabalho, permitiu, ainda, a formação de um mercado de trabalho livre, que funcionou com baixas e flexíveis taxas de salários, resolvendo, precocemente, o problema do suprimento de força de trabalho à economia urbana que se desenvolve a partir da década de 1880. Portanto, a nascente indústria paulista, embora subordinada pelo capital cafeeiro, dele beneficiava-se duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo em que dispunha de força de trabalho barata e abundante. Café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças, cresciam, assim, dinâmica e integradamente, ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista. Dessa forma, a economia paulista contou com amplas condições para o seu desenvolvimento, ao contrário do que ocorria no restante do país. (Cano, 1977).

<b>Brasil: Produção Industrial por Estado</b>				
<b>Estados</b>	<b>1907</b>		<b>1920</b>	
	Nº de estabelecimentos	Nº de operários	Nº de estabelecimentos	Nº de operários
<b>Distrito Federal</b>	662	34.850	1.541	56.229
<b>São Paulo</b>	326	24.186	4.145	83.998
<b>Rio Grande do Sul</b>	314	15.426	1.773	24.661
<b>Rio de Janeiro</b>	207	13.632	454	16.796
<b>Pernambuco</b>	118	12.024	442	15.761
<b>Paraná</b>	297	4.724	623	7.295
<b>Minas Gerais</b>	529	9.405	1.243	18.522
<b>Bahia</b>	78	9.964	491	14.784
<b>Pará</b>	54	2.539	168	3.033
<b>Sergipe</b>	103	3.027	237	5.386
<b>Santa Catarina</b>	163	2.102	791	5.297
<b>Amazonas</b>	92	1.168	69	636
<b>Alagoas</b>	45	3.775	452	6.989
<b>Maranhão</b>	18	4.545	89	3.543
<b>Mato Grosso</b>	15	3.870	20	280
<b>Paraíba</b>	42	1.461	251	3.035
<b>Ceará</b>	18	1.207	194	4.702
<b>Piauí</b>	3	355	55	1.150
<b>Rio Grande do Norte</b>	14	560	197	2.146
<b>Espirito Santo</b>	4	90	75	1.005
<b>Goiás</b>	18	90	16	244
<b>Acre</b>			10	22
<b>Totais</b>	3.120	149.018	13.436	275.514

(Fonte: Edgar Carone. *A República Velha. Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1975)

A partir de 1915, ao já expressivo número de bancos estrangeiros na cidade de São Paulo foi acrescido *The First National City Bank of New York*. Sua presença estava ligada às necessidades das empresas de diversos segmentos produtivos instalados na capital paulista: a constituição desse grupo financeiro nos EUA dera-se exatamente em função do apoio aos investidores estadunidenses no exterior: as empresas dos EUA não dispunham até então de um suporte financeiro para suas operações externas, diversamente do estágio de internacionalização mais avançado dos bancos de seus concorrentes europeus.



As classes e camadas sociais nascidas das novas forças produtivas, baseadas no trabalho livre (assalariado) excluía, em grande parte, o trabalhador nacional:

O trabalhador nacional possuía atributos capazes de adaptá-lo ao trabalho livre nas formas como estavam postos neste mercado de trabalho em formação na cidade de São Paulo. A concepção de que a mão de obra nacional, seja ela livre, liberta ou ainda escravizada de matriz étnica variada, era incapacitada de trabalhar nas novas relações laborais colocadas reforçava a posição da elite na época. O que ocorreu foi a competição entre nacionais e estrangeiros à parte dos postos de trabalho existentes após a interdição daqueles ao acesso aos meios de reprodução de seus modos de vida, além da internalização de uma lógica positiva do trabalho disciplinado ligada ao progresso e a modernidade, sendo subsumidos parcialmente ao assalariamento, haja vista que a coação econômica foi incompleta no período analisado, necessitando de coações extraeconômicas, tais como castigos corporais, ameaças, multas, rígida disciplina do trabalho, para completar esse processo. Sua inserção deu-se em parte nas artesanias e manufaturas voltadas a atender à demanda do complexo cafeeiro no qual não havia a completa separação entre capital e trabalho, em atividades autônomas ligadas ao comércio e à serviços, bem como em setores nos quais a grande indústria se estabelecia, principalmente ligadas às ferrovias e serviços públicos, num período de urbanização em expansão (de Sá Miranda, 2020).

Edgar Carone indicou a cifra de 54.164 operários para 1889 (Carone, 1975). Na época, a população brasileira era de 14 milhões de pessoas, o que significa que o elemento assalariado moderno era ainda uma minoria social ínfima. Contrastando com sua exiguidade, em 1885, o número de escravos, só na região paulista, era, segundo Carone, ainda de 153.864 (quase todos empregados em tarefas agrárias; em São Paulo capital o número de escravos não atingia o milhar). A concentração social do operariado era muito baixa. A classe operária era não só uma camada de escasso peso social, mas também uma fração minoritária da força de trabalho. Só em 1910 atingiu a cifra de 159.600 pessoas:

Sua insignificância numérica e estrutural no quadro geral da nação, e os obstáculos antepostos à sua organização, bem como a dificuldade em obter apoio de outros setores da população, reduziram a expressão dos movimentos operários de raízes essencialmente urbanas. Aos olhos da elite, a questão operária era uma questão de polícia e não de política. Sendo o movimento industrial pouco significativo e circunscrito a certas áreas, o movimento operário, ainda inorgânico e pouco expressivo, não chegava a representar uma força política de renovação, encontrando escassa repercussão nas demais camadas da população. (Viotti da Costa, 1979).

A organização operária era muito instável e foram difíceis as tentativas de dotar de uma organização sindical nacional aos trabalhadores assalariados. O movimento industrial se acelerou no último decênio do século XIX; antes de 1880, havia apenas 200 estabelecimentos fabris no país; no último ano do Império seu número chegou a 636. O setor industrial do Brasil passou de 636 fábricas com um total de 54.169 operários, em 1889, para 3.250 fábricas com um total de 150.841 operários em 1907: o número de estabelecimentos quintuplicou em menos de vinte anos, mas o número de operários só triplicou, definindo uma indústria ainda em estágio incipiente com escassa concentração produtiva e operária. No entanto, já se usava bastante o vapor e a eletricidade, afora a energia hidráulica: mais de 30% da produção industrial estava situada no Rio de Janeiro, 16% em São Paulo, 7% no Rio Grande do Sul e 4% em Minas Gerais.

A hegemonia manufatureira paulista teve de esperar o surto industrial da Primeira Guerra Mundial. A população assalariada brasileira confrontava-se à alta do custo de vida com o encarecimento dos bens de consumo não duráveis, parcela expressiva dos quais era importada. Na medida em que o trabalhador estrangeiro era preferido ao

nacional, em especial ao negro liberto, para os empregos industriais, em condições em que o desenvolvimento industrial não cobria a oferta de força de trabalho libertada pela quebra das velhas relações escravocratas e patriarcais, criava-se um elemento fundamental da formação da classe operária brasileira. Colocava-se a questão da “nacionalização da classe operária”, pois a condição estrangeira da maioria do operariado se apoiava na exclusão dos potenciais trabalhadores industriais nacionais, acirrando a concorrência pelo emprego industrial e enfraquecendo a classe operária como um todo, com consequências para sua organização sindical e política.

As condições de vida dos trabalhadores estrangeiros eram muito ruins. No relatório de 1891 do cônsul italiano sobre as condições do trabalho de seus compatriotas no meio rural, constatava-se que “o colono” que vive nas fazendas geralmente se encontra em más condições higiênicas no que concerne à habitação. Não ainda livre dos métodos usados durante séculos com os negros, não dão os fazendeiros nenhuma importância às providências educativas, higiênicas, humanitárias. Os gastos com médico e remédios, fantasticamente exagerados no interior, estão todos a cargo do colono. Encontrei colonos que tiveram que pagar por uma visita ao médico até 50 mil réis, isto é, o quanto ele ganha num ano tratando mil pés de café. Em muitas fazendas há o padre, em poucas a escola. O padre, pago pelo fazendeiro pela missa, recebe também do colono uma taxa especial e arbitrária por cada ato do seu ministério exercido por via particular.

A causa principal da penúria frequentemente contínua dos meios do colono é o sistema, seguido geralmente, de comprar, como se fora um tributo obrigatório, nas vendas, que geralmente são uma especulação pessoal do próprio fazendeiro, e nas quais os gêneros são vendidos a preços duplos e talvez triplos do preço na cidade ou no vilarejo mais próximo. Quantas vezes tive que me ocupar com as reclamações dos colonos que, no momento da colheita dos cereais, viam-se expulsos da fazenda, sob pretexto fútil, sem direito ao fruto do seu trabalho, sendo lhes arbitrariamente vedada a colheita que era de sua propriedade, e ficando privados dos animais por eles criados... Os contratos entre fazendeiro e colono, ou o costume e o arbítrio na falta de contratos, impõem ao colono numerosas multas, que às vezes chegam a metade do lucro bruto anual do colono.

A mão de obra era abundante para uma capacidade produtiva restrita. Nas indústrias, 79% da força de trabalho ocupada nas manufaturas em São Paulo (em 1893), e 39% da força de trabalho do Rio de Janeiro (em 1890) era constituída por estrangeiros. Os lucros nessas indústrias semiartesanal baseavam-se na intensificação da exploração da força de trabalho (produção de mais valia absoluta). Estando a produção agrícola voltada para a exportação, era difícil introduzir um barateamento da reprodução da força de trabalho. Se os investimentos em maquinário (que aumentariam a produtividade do trabalho) eram poucos, os lucros provinham principalmente do rebaixamento do salário real, da exploração de mulheres e crianças, da intensificação do ritmo de trabalho, da extensão da jornada de trabalho.

A velocidade da acumulação de capital era também determinada pelas relações de força existentes entre patrões e operários. Estes tiveram, nos primeiros estágios da industrialização brasileira, uma desvantagem determinada pela existência do grande número de desempregados ou subempregados e, além disso, pela política estatal. Se o Estado não intervinha para proteger a simples reprodução da força de trabalho (ausência de salários mínimos legais, de férias remuneradas, péssimas condições de trabalho em geral) sua polícia intervinha cada vez que um movimento grevista “perturbava a ordem pública”. Latifúndio agrário, “capitalismo (industrial) tardio”, e Estado oligárquico (monárquico ou republicano) fechavam o círculo das condições dentro das quais

se formava a classe operária brasileira. O círculo dentro do qual iriam esvaziar-se as esperanças dos abolicionistas radicais na “redenção através do trabalho livre”. A política imigratória era um aspecto orgânico: cada elo ajudava a fechar a corrente.

Em 1900, fundou-se o Círculo Operário do Distrito Federal, e, antes disso, em 1890, o Centro das Classes Operárias, já atuava no Rio de Janeiro. Essa organização teve vida relativamente longa. A partir de 1900, aumentou no Brasil a organização de associações e sindicatos. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 já assinalava a liberdade de associação. Em 1906, surgiram os sindicatos dos trabalhadores em ladrilhos, em pedreiras, dos pintores, dos sapateiros, o Sindicato Operário de Ofícios Diversos, etc. No Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, começou a disseminar-se a organização sindical. Uma das primeiras lutas organizadas, como vimos, foi realizada no Rio de Janeiro em 1858, quando os tipógrafos insatisfeitos com os míseros salários que percebiam, declararam-se em greve, exigindo uma elevação de dez tostões diários em seus vencimentos. Essa greve durou vários dias e foi vitoriosa. Os estrangeiros que se fixaram nos centros urbanos encontraram um ambiente mais hostil do que aqueles que rumaram para as zonas rurais. Enquanto as regiões agrícolas eram enormes e era fácil encontrar emprego, nos centros urbanos a competição no mercado de trabalho se mostrava mais acirrada.

Em consequência disso, os imigrantes eram vistos pelos brasileiros como competidores no mercado de trabalho e eram frequentemente vítimas de agressividade e xenofobia por parte dos brasileiros, como foi o caso dos portugueses no Rio de Janeiro e dos italianos em São Paulo. Na medida em que os imigrantes percebiam que nas fazendas a exploração do trabalho e os salários não eram interessantes nem compensadores, cada vez mais imigrantes rumavam para os centros urbanos. Os censos de 1900 e 1920 mostram que cerca de 80% da população estrangeira no Brasil se concentrava nos estados da região sudeste, zona mais rica do Brasil, onde estavam as melhores ofertas de trabalho. Os estados de São Paulo e a então capital, o Rio de Janeiro, eram os maiores receptores de imigrantes, sendo que os estrangeiros chegaram a compor 24,14% da população do Rio de Janeiro e 20,89% de São Paulo no ano de 1900. Os outros dois estados do Sudeste, Minas Gerais e Espírito Santo, também contavam com significativa presença estrangeira. Os outros 20% dos estrangeiros residentes se concentravam nos estados do sul, especialmente no Rio Grande do Sul. No restante do Brasil, a presença de estrangeiros era bastante reduzida, correspondendo a menos de 1% da população local.

Chegando no período em que se produzia a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, os imigrantes conseguiram monopolizar amplos setores produtivos urbano de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitais menores. Muitos começavam como mascates e, reunindo algum pecúlio, abriam sua própria loja. A presença de imigrantes entre o proletariado era maciça nos dois principais centros urbanos brasileiros. Na época, a escassa e raquítica representação operária, ainda transitando da fase corporativista para a fase de organização sindical, se posicionava perante as grandes opções de política econômica do país em termos semelhantes aos das associações industriais patronais, estabelecendo com elas uma espécie de frente pela industrialização do país, o que refletia uma escassa diferenciação social, e uma nula independência política: na mesma época da movimentação patronal industrialista, algumas das primeiras organizações operárias colocavam-se em perspectiva política semelhante à dos industriais.

A ação legislativa do Estado relacionada aos conflitos entre trabalhadores e patrões combinou-se com a recorrente utilização do aparato policial e da legislação criminal para enquadrar os trabalhadores. De um lado, os movimentos operários se organizavam

e faziam greves - desde pelo menos 1890 - em torno de pautas que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho até o estabelecimento de jornada de trabalho e descanso remunerado. De outro lado, os patrões contavam com o Estado para reprimir e prender lideranças e manifestantes segundo a legislação criminal criada em 1890, cuja centralidade incidia na tentativa de separação do trabalho do ócio, visando a educar a classe trabalhadora “livre” às condições de exploração do trabalho no Brasil. A legislação criou dois mecanismos principais para exercer controle sobre a classe trabalhadora: a) estabeleceu penalidades para as contravenções praticadas pelos trabalhadores (vadiagem, jogatina, mendicância, bebida e ócio); b) tornou crime as práticas de reunião e solidariedade dos trabalhadores bem como qualquer atividade de paralisação do trabalho. A experiência política da classe trabalhadora que se formava no país foi, portanto, marcada pela pressão constante do Estado que encarava a organização sindical como desordem. Porém, mesmo que intensas tais repressão e vigilância não conseguiram impedir que os trabalhadores continuassem se organizando para melhorar suas condições de vida e de trabalho.

Foi nessas condições que nasceu a classe operária brasileira. A constituição do trabalho livre no Brasil no final do século XIX como modalidade de força produtiva predominante não foi imediatamente acompanhada por uma legislação cujo conteúdo fosse a relação entre capital e trabalho. As primeiras leis tiveram caráter pontual voltado para os setores da classe trabalhadora que demonstravam maior potencial de organização e de enfrentamento, tais como os ferroviários e marítimos. A greve dos ferroviários do Estado de São Paulo, em maio de 1906, contou com uma paralisação de cerca de 3.800 operários contra a instituição de três feriados não pagos por mês e a introdução de maquinário que havia provocado a demissão de centenas de ferroviários.

A força e a disposição dos trabalhadores podem ser medidas ainda pela experiência de construção da COB (Confederação Operária Brasileira), criada na primeira década de 1900 (sob a impulsão anarquista), chegando a reunir na época aproximadamente 50 associações de trabalhadores de várias partes do país. Sua ação política, para além de instigar a solidariedade com as lutas de trabalhadores de outros países e de estimular e apoiar greves, desdobrou-se em campanhas contra a repressão policial sobre os operários. Diante deste quadro de início da ascensão do movimento operário, foi criada a Lei Sindical de 1907 (Decreto 1637), reconhecendo o direito de livre associação dos trabalhadores. No transcorrer da década seguinte, as greves tornaram-se cada vez mais recorrentes e investidas de uma pauta caracterizada pela exigência de direitos, a regulamentação da jornada de trabalho, seguro contra acidentes, aposentadoria, regulamentação do trabalho feminino e de menores, férias, horas extras.

## Notas

<sup>1</sup> Arthur de Gobineau dividiu as raças humanas em três troncos principais (branco, amarelo e negro), esboçando um racismo “científica”, com teorias de “superioridade racial” que proclamavam a superioridade da raça ariano-germânica e a inferioridade de negros e judeus, entre outras “raças inferiores”. As teorias de Gobineau fizeram nascer o “mito ariano”, inspirador de movimentos nacionalistas e racistas posteriores.

<sup>2</sup> O médico e cientista social maranhense Nina Rodrigues, fundador da “Escola Baiana” (de medicina), definiu o quilombo como fenômeno decorrente da persistência da cultura africana na sociedade escravista do Brasil, como resistência cultural e tribal africanas. Em 1905, Nina Rodrigues, defendeu o caráter africano da confederação dos quilombos de Palmares: “Em liberdade, os negros de Palmares se organizaram em um Estado em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta”. O adepto do racismo científico foi ainda mais explícito ao referir-se à organização social, política e econômica do “pequeno Estado”: “Francamente voltaram eles à barbárie africana” (Rodrigues, 1977).

<sup>3</sup> Antes do surto industrial paulista, “pelo censo de 1872, havia 11,5 vezes mais brasileiros do que estrangeiros. Das 30.841 (100,00%) pessoas ativas economicamente, 11.631 (37,71%) eram homens livres nacionais, 13.184 (42,74%) eram mulheres livres nacionais, 1.574 (5,10%) homens livres estrangeiros, 590 (1,91%) mulheres livres estrangeiras, homens escravos 2.121 (6,87%) e 1741 (5,64%) mulheres escravas”.

<sup>4</sup> “No início, a migração transoceânica foi o apanágio quase exclusivo de grupos mais ou menos numerosos de deportados ou de aventureiros. A partir de 1830, esses fluxos migratórios não mais tiveram um caráter marginal, mas assumiram dimensões de massa, afetando, sobretudo, a Europa norte ocidental, para estender-se depois, na segunda metade do século XX, e especialmente na última década do século, para a Europa meridional e oriental” (Conti, 2007: 26).

<sup>5</sup> O colono possuiria “uma sociabilidade própria, diretamente social, distinta da que vigora na sociedade global, que é indiretamente social, visto que se define na troca por meio da forma valor... É em torno da terra que a frente pioneira define o seu antagonismo com a frente de expansão. Restrita que é à frente pioneira, essa propriedade da terra gera outro foco de tensão... Seu uso se articula à rentabilidade que, por sua vez, depende dos preços agrícolas, os quais são determinados pelos mercados interno e externo e não pelos custos de produção. A dependência que disso resulta, marcada pelo colonialismo interno, tem sido, consoante Martins, o traço característico do desenvolvimento capitalista no Brasil... O preço dos produtos agrícolas é fixado em função dos empreendimentos urbanos. O suporte da industrialização brasileira tem sido a economia agrária, estruturada essencialmente em relações de produção não capitalistas. Seriam os pobres do campo produzindo para os pobres da cidade e deste modo permitindo a reprodução da força de trabalho urbano industrial a custos reduzidos” (Bertero, 2006).

<sup>6</sup> “A indústria brasileira nasceu das contradições do desenvolvimento capitalista cujo centro é a expansão cafeeira. A reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levaram ao nascimento e desenvolvimento da indústria que por sua vez, estava em contradição com a reprodução do capital cafeeiro e as formas de subordinação da economia brasileira... Nem a subordinação do Brasil na economia mundial e o capital cafeeiro excluem a industrialização, nem a industrialização implica na destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial” (Silva, 1976: 110-113).

<sup>7</sup> Wilson Cano (1977) apontou, como exemplos, a Amazônia, com sua típica “economia do aviação”; o Nordeste, por suas precárias relações capitalistas de produção, bem como por sua concentrada estrutura de propriedade e de renda; o extremo Sul, pela forma de produção da economia camponesa, que fragmentava o excedente e gerava uma indústria constituída, também, pela pequena e média empresa; a região do Rio de Janeiro, pela decadência cafeeira e pela precariedade de sua agricultura; Minas Gerais, por sua indústria dispersa e desconcentrada que, embora protegida por custos de transportes, sofria a limitação de seu próprio mercado.

## Bibliografia

- Azis Simão (1966), *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo, EDUSP.
- Bertero, José Flávio (2006), “Uma crítica à sociologia rural de José de Souza Martins”. *Lutas Sociais* nº 17-18, São Paulo, PUC.
- Cano, Wilson (1977). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel.
- Carone, Edgar (1975), *A República Velha*. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel.
- Conti, Paola (2007), *Storia delle Migrazioni Internazionali*. Bari, Laterza.
- De Sá Miranda, Leonardo (2020), “Os Braços Nacionais. Inserção dos trabalhadores nacionais no surto indus-

trial paulistano (1872-1890)". Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP (Departamento de História).

De Souza Martins, José (1981). "Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914". *Dados (Revista de Ciências Sociais)* vol. 24, n° 2, Rio de Janeiro, IUPERJ.

— — — (2010), *O Cativo da Terra*. São Paulo, Contexto.

Domingues, Petrônio (2008), *A Nova Abolição*. São Paulo, Summus.

Do Nascimento Barbosa, Wilson (1994). *A Crisálida*. Aspectos histórico-econômicos do fim da escravidão no Brasil, 1850-1888. Tese de Livre Docência, FFLCH-USP (Departamento de História), São Paulo.

Fernandes, Florestan (1978), *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Ática.

Ferreira dos Santos, Carlos José (1998), *Nem Tudo era Italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume.

Freitas Barbosa, Alexandre (2003), "A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil. Da escravidão ao assalariamento". Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

Incisa di Camerana. Ludovico (2005), *El Gran Éxodo. Historia de las migraciones italianas en el mundo*. Buenos Aires, Alianza.

Kowarick, Lúcio (1987), *Trabalho e Vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

Lippi Oliveira, Lucia (2001), *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Moura, Clóvis (1981), *Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo, Ciências Humanas.

Oliveira Vianna (2005), *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília, Senado Federal - Conselho Editorial.

Rodrigues, Nina (1977), *Os Africanos no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Santos, Ronaldo M. (1980), *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, IPE.

Scomazzon, Marli Cristina; Franco, Jeff (2020), *Primeira Circum-navegação brasileira e Primeira Missão do Brasil à China*. Florianópolis: Dois por Quatro.

Silva, Sérgio (1976), *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega.

Suzigan, Wilson (1986), *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense.

Viotti da Costa, Emília (1979). *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. São Paulo, Ciências Humanas.

Villaça, Maria José (1967), *A Força de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Pioneira-EDUSP.

Vinhas de Queirós, Maurício (1975). "O surto industrial de 1880-1895". *Debate & Crítica* n° 6, São Paulo.